MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

Proc. TC-004.349/2013-0
Tomada de Contas Especial

PARECER

À vista dos elementos contidos nos autos, **manifestamo-nos, em essência, de acordo** com a proposta da Secex/PB (peça 17), no sentido de que sejam julgadas irregulares as contas do responsável, Sr. Espedito Aldeci Manguiera Diniz (ex-prefeito, CPF 338.234.994-91), com fulcro no art. 16, III, “c”, da Lei 8.443/92, condenando-o solidariamente com Sr. Robério Saraiva Grangeiro (CPF 040.131.404-97) em valores de débito solidário e aplicando-lhes a multa prevista no art. 57 da referida lei.

Em acréscimo, sugerimos que a declaração de revelia dos responsáveis conste expressamente da deliberação que vier a ser proferida pelo Tribunal. Ademais, sugere-se que o julgamento pela irregularidade de contas do responsável tenha fundamento no art. 16, III, alíneas “b”, “c” e “d” – em vez de alínea “c” apenas –, da Lei 8.443/92, com vistas a também contemplar como fundamento de condenação a prática de atos com grave infração às normas e o desfalque ou desvio dos valores repassados.

Por fim, apenas alvitramos que a gravidade das ocorrências apuradas – consideradas de natureza fraudulenta – seja considerada na responsabilização a ser realizada nestes autos, mais especificamente no que respeita à aplicação das sanções previstas na legislação da Corte de Contas.

Ministério Público, em 23 de outubro de 2014.

(Assinado Eletronicamente)

Marinus Eduardo De Vries Marsico
Procurador